



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO  
QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO  
E JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO (JFPE) E SUAS RESPECTIVAS SUBSEÇÕES**

# CADERNO DE PROVA

Dia: 04 de março de 2012

---

Prova: Direito

---

**Leia com atenção:**

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.12 do Edital:  
**É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de Cópia de Respostas, a ser entregue pela equipe de fiscalização.**

**sustente**<sup>®</sup>  
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME: _____	SALA: _____
INSCRIÇÃO: _____	IDENTIDADE: _____
	ORGÃO/UF: _____

# REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA / TÍTULO DA REDAÇÃO:

Por que o cidadão é agente transformador da sociedade?

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_
6. \_\_\_\_\_
7. \_\_\_\_\_
8. \_\_\_\_\_
9. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_
16. \_\_\_\_\_
17. \_\_\_\_\_
18. \_\_\_\_\_
19. \_\_\_\_\_
20. \_\_\_\_\_
21. \_\_\_\_\_
22. \_\_\_\_\_
23. \_\_\_\_\_
24. \_\_\_\_\_
25. \_\_\_\_\_
26. \_\_\_\_\_
27. \_\_\_\_\_
28. \_\_\_\_\_
29. \_\_\_\_\_
30. \_\_\_\_\_

## Critérios básicos da redação:

- Redigir uma dissertação argumentativa;
- Escrever em prosa;
- Pôr um título;
- Fidelidade à temática;
- Obedecer às leis vigentes de ortografia;
- Ter coesão e coerência ao expor as ideias;
- Atender ao limite de linhas (25 a 30 linhas)

**PROVA: DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 01**

Dentre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, não prevê a Constituição de 1988:

- a) a autodeterminação dos povos.
- b) a intervenção em regiões de conflito.
- c) a igualdade entre os Estados.
- d) o repúdio ao terrorismo.
- e) a concessão de asilo político.

**Questão 02**

O julgamento do pedido de extradição do italiano Cesare Battisti, pelo Supremo Tribunal Federal, trouxe, à tona, discussões sobre a amplitude de um instituto jurídico resguardado constitucionalmente no Brasil, que é:

- a) a proteção ao pluralismo político.
- b) a liberdade de expressão.
- c) a concessão de asilo político.
- d) a expulsão de criminosos estrangeiros.
- e) o devido processo legal.

**Questão 03**

A imprescritibilidade é uma exceção à regra geral de perecimento de direitos pelo decurso do tempo. O que, no Brasil, só é aceito quando assentado na própria Constituição Federal, cujo texto NÃO afirma ser imprescritível:

- a) o direito de punição ao crime de racismo.
- b) o direito de punição ao crime de tortura.
- c) o direito de punição ao crime de ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- d) o direito sobre as terras indígenas.
- e) a ação de ressarcimento por prejuízo ao erário, decorrente de atos ilícitos.

**Questão 04**

Assim dispõe o art. 33, § 2º, da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006: “Art. 33. § 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.” Interpretando

esse dispositivo, vários juízes e tribunais concederam ordens, proibindo a realização de manifestações popularmente intituladas de “Marcha da Maconha”. O caso acabou sendo levado à apreciação do Supremo Tribunal Federal, que, em decisão histórica (ADI 4274/DF):

- a) entendeu pela tipicidade penal dessas manifestações.
- b) descriminalizou o uso de drogas de entorpecimento episódico.
- c) excluiu da interpretação da lei os significados ensejadores da proibição dessas manifestações.
- d) não apreciou o mérito, por faltar-lhe repercussão geral.
- e) asseverou a observância de limites morais à liberdade de expressão como princípio reitor da ordem constitucional.

**Questão 05**

De acordo com o art. 5º, inciso I, da Constituição Federal, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Trata-se de uma das expressões do princípio da isonomia no corpo do Texto Magno. Entretanto, o Código de Processo Civil – CPC dispõe em seu art. 100, inciso I, que “é competente o foro da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento”. Ao confrontar a estipulação de foro privilegiado e o aludido princípio, o Supremo Tribunal Federal entendeu que (RE 227114/SP):

- a) o texto do CPC, nesse contexto, não foi recepcionado pela Constituição Federal.
- b) a recepção do texto pela Constituição condiciona-se às circunstâncias específicas dos casos concretos levados a juízo, cabendo, ao magistrado, analisar a presença de evidências não isonômicas e, sendo o caso, aplicar, ou não, a regra de competência processual.
- c) não se cuida de privilégio em favor das mulheres, mas de norma que visa dar tratamento menos gravoso à parte que, em regra, se encontrava e, ainda hoje se encontra, em situação menos favorável do ponto de vista econômico e financeiro, sendo válida, portanto.
- d) a propositura da ação de separação judicial no foro do domicílio da mulher é medida que não atende ao princípio da isonomia, consistente em

“tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam”.

- e) a posição alcançada pela mulher no mercado de trabalho e na sociedade evidencia não mais subsistirem argumentos razoáveis de aceitação desse tipo de privilégio processual no ordenamento jurídico brasileiro.

#### Questão 06

Dentre os motivos que ensejam a intervenção da União nos Estados ou no Distrito Federal, NÃO se encontra:

- a) manter a integridade nacional.
- b) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.
- c) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- d) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- e) prover a execução de lei estadual.

#### Questão 07

NÃO faz parte do rol constitucional de competências privativas da União legislar sobre:

- a) direito civil e direito comercial.
- b) direito penal e direito processual.
- c) direito agrário e direito do trabalho.
- d) direito marítimo e direito aeronáutico.
- e) direito tributário e direito urbanístico.

#### Questão 08

A Constituição Federal permite que inovações legislativas possam:

- a) excluir certas matérias de apreciação judicial
- b) impedir que lesão a direito possa ser discutida em processo judicial.
- c) criar direitos não previstos em seu texto.
- d) prejudicar o direito adquirido.
- e) desfazer a coisa julgada.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### Questão 09

Os Poderes Administrativos são inerentes à Administração Pública por representarem os instrumentos de trabalho necessários a sua atuação em nome do interesse público. A administração não apenas pode, como tem a obrigação de exercê-los, daí serem denominados como “poderes-deveres da administração”. Quanto à definição de tais princípios, assinale a resposta incorreta:

- a) **Denomina-se de Poder Vinculado** à exigência de que somente a lei confere à Administração Pública o poder para praticar os atos administrativos, delineando todos os requisitos e elementos necessários e indispensáveis à sua validade.
- b) **Denomina-se Poder Discricionário** à possibilidade de liberdade de escolha da Administração na prática dos atos administrativos, de modo explícito ou implícito, baseando-se nos critérios da conveniência e oportunidade. Contudo, necessário existir previsão legal para legitimar a possibilidade dessa discricionariedade.
- c) **Denomina-se Poder Normativo ou Regulamentar** aquele que permite ao Executivo, atipicamente, expedir regulamentos e outros atos normativos de caráter geral e de efeitos externos, embora tal atividade normativa caiba, predominantemente, ao Legislativo.
- d) **Denomina-se Poder Hierárquico** à prerrogativa de que dispõe a Administração Pública para fazer a distribuição e o escalonamento das funções dos órgãos públicos, identificando a relação de subordinação entre seus agentes, no exercício de suas funções.
- e) **Denomina-se Poder de Polícia** ao poder reservado à Administração para apurar infrações e aplicar penalidades funcionais aos seus agentes e contratados, ou seja, demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

#### Questão 10

Abaixo são destacados os requisitos ou condições de validade de um ato administrativo. Praticado em desacordo com o que a lei estabeleça para cada requisito, o ato será nulo. Assinale a definição não relacionada ao tema:

- a) A Competência é um requisito de ordem pública, intransferível e improrrogável pela vontade das partes. Diz respeito à legitimidade dos sujeitos envolvidos no ato administrativo. Independentemente de ser caracterizado um ato discricionário ou vinculado, nenhum ato pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para praticá-lo.
- b) A Finalidade diz respeito ao bem jurídico objetivado pelo ato que, regra geral, é atingir um interesse público, sendo considerados nulos aqueles que tenham por objetivo pretensões incompatíveis com o interesse coletivo. A finalidade do ato administrativo é indicada, explícita ou implicitamente pela lei. O desvio de finalidade acarreta a invalidação do ato.
- c) A Forma é o revestimento exterior do ato, o modo pelo qual ele aparece e revela sua existência. A forma escrita é a mais comum, embora ordens verbais e até mesmo sinais convencionais possam ser aceitos, em casos de urgência, de transitoriedade da manifestação da vontade administrativa ou de irrelevância do assunto para a Administração.
- d) A Presunção de Legitimidade é uma característica comum aos atos administrativos em geral. Diz respeito à qualidade da qual se revestem os atos administrativos, presumindo-se como verdadeiros, em conformidade com o Direito, até que prova contrária o possa descaracterizar. Dito de outra forma, trata-se de uma presunção *juri tantum* de legitimidade e sua inexistência inviabilizaria a atividade administrativa.
- e) O Objeto é identificado como o próprio conteúdo do ato, por meio do qual a Administração manifesta sua vontade. Também decorrente de expressa previsão legal, pode-se afirmar não existir ato sem que exista algo a que ele esteja reportado, algo que corresponderá ao efeito jurídico por ele pretendido. Para ser válido, o ato deve não só possuir um objeto lícito, como também moralmente aceito.
- prestação de serviços públicos.* Sobre o tema, assinale a resposta correta:
- a) Conceituam-se “Serviços Públicos” aqueles prestados diretamente à comunidade pela administração, para que haja suprimento das necessidades do grupo social. Reconhecendo a essencialidade e a necessidade na prestação, os serviços podem ser do tipo “*uti singuli*”, referentes àqueles prestados para atender à coletividade no seu todo, sem usuários determinados. Os serviços “*uti universi*” são sempre serviços de utilização individual, facultativa e mensurável, os quais têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário.
- b) Existem princípios que estão diretamente relacionados ao regime jurídico dos serviços públicos, tais como o princípio da continuidade do serviço público, o da mutabilidade do regime jurídico e o da igualdade dos usuários. O primeiro, tem aplicação em relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública; o segundo, por permitir mudanças no regime de execução para adaptá-lo ao interesse público; o último, para que não haja distinção de caráter pessoal e sim, seguindo as exigências legais.
- c) A transferência da execução do serviço público pode ser feita por outorga ou por delegação. A delegação, sempre feita por lei e somente por ela mudada ou retirada, significa a transferência da titularidade do serviço, passando da pessoa política para a pessoa administrativa. Esta última desenvolverá o serviço em seu próprio nome e não no nome de quem transferiu. A outorga poderá realizar-se por lei, por contrato ou por ato administrativo e implica a mera transferência da execução do serviço, a exemplo das concessões e permissões do serviço público.
- d) Na prestação de serviço público, encontramos os institutos da concentração e desconcentração, centralização e descentralização. Identifica-se a concentração, quando as atividades estiverem distribuídas entre os órgãos de uma mesma pessoa e forem as atribuições transferidas dos órgãos centrais para os locais/periféricos. Na desconcentração, ocorre o inverso. Há uma transferência das atividades dos órgãos periféricos para os centrais. Ambos os institutos poderão ocorrer na estrutura administrativa centralizada ou descentralizada.
- e) Identifica-se a descentralização, quando a prestação de serviços é realizada diretamente

#### Questão 11

O Art. 175 da Constituição Federal preconiza: *Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a*

pela pessoa política constitucionalmente competente, sem delegação a outras pessoas, atuando diretamente, por meio de seus órgãos. Na centralização, ocorre a transferência de execução do serviço ou da titularidade do serviço para outra pessoa, quer seja de direito público, quer seja de direito privado, inclusive para entidades que não estejam integradas à Administração Pública, o que não retira o caráter público do serviço.

#### Questão 12

Igualmente ao particular, a Administração Pública celebra contratos, sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares e, assim, alcançar os objetivos de interesse público. Sobre as peculiaridades de tais contratos, assinale a resposta incorreta:

- a) Na relação contratual, a Administração Pública é detentora de inúmeras prerrogativas que garantem sua supremacia sobre o particular. São as denominadas cláusulas exorbitantes, as quais jamais seriam possíveis no Direito Privado, mas que podem estar explícitas ou implícitas em todo contrato administrativo.
- b) É dever da Administração zelar pela eficiência dos serviços públicos. Sempre que celebrado um contrato de acordo com determinados padrões, os quais sejam posteriormente identificados como inservíveis ao interesse público, será cabível, por parte da administração, Alteração ou Rescisão Unilateral, sem que se configure abuso de poder, não podendo, o particular contratado, oferecer resistência.
- c) O controle e fiscalização dos contratos administrativos serão exercidos pela própria Administração. Para eliminar falhas e preservar o interesse público, poderá o Poder Público intervir no contrato e assumir sua execução.
- d) Sempre que a paralisação ou ineficiência na execução do contrato possa ocasionar prejuízo ao interesse público, pelo Princípio da Continuidade, autorizado estará, o serviço público, a retomar o objeto de um contrato.
- e) No contrato de direito privado, é inadmissível a aplicação das sanções penais que exijam intervenção do Poder Judiciário, contudo, no administrativo, em consequência do Princípio da Autoexecutoriedade e do Poder de Polícia, poderá o Poder Público, impor penalidades,

aplicando multas e, em casos extremos, proibindo a contratação com a Administração Pública.

#### Questão 13

Segundo o Art. 78 da Lei 8666/93, constituem motivo para rescisão do contrato administrativo, exceto:

- a) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e, contratualmente, imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- c) a imposição de prorrogação da execução de serviços por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.
- d) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado, ao contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- e) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

#### DIREITO PENAL

#### Questão 14

A aplicação da lei penal requer atenção dirigida a fatores relacionados ao tempo e ao espaço. Sobre o tema, indique a resposta correta:

- a) A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência, embora decorrido o período de sua duração.
- b) Considera-se praticado o crime no momento da verificação do resultado.
- c) A lei posterior, que, de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza privada, onde quer que se encontrem.
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida, a liberdade e o patrimônio do Presidente da República.

#### Questão 15

James Silver, estagiário do Ministério Público, subtrai, em proveito próprio, um computador portátil pertencente ao Estado e que se encontrava distribuído a Cristóvam Marques, servidor do Ministério Público, o qual tinha a posse do bem. Para tanto, James Silver se valeu da facilidade que possuía em função da atividade que exercia nesse órgão.

Considerando o caso acima, indique a alternativa correta:

- a) James Silver responderá pelo crime de concussão.
- b) James Silver responderá pelo crime de corrupção passiva.
- c) James Silver responderá por furto.
- d) James Silver responderá por peculato-furto.
- e) James Silver responderá por apropriação indébita.

#### Questão 16

No que concerne ao crime tentado, é correto afirmar:

- a) O dolo do crime tentado é diverso do crime consumado.
- b) No caso de imposição de pena privativa de liberdade, a consideração da tentativa não influi na dosimetria da pena.

- c) Os delitos plurissubsistentes não admitem a forma tentada.
- d) Ao crime tentado, sempre haverá de incidir uma causa de redução de pena, uma vez que o resultado alcançado é diverso daquele efetivamente desejado pelo autor do crime.
- e) O crime culposos nunca admite a tentativa.

#### Questão 17

Em capítulo próprio do Código Penal, o legislador relacionou uma série de crimes que buscam tutelar o regular funcionamento da organização estatal. Sobre os crimes contra a Administração Pública, aponte a alternativa correta:

- a) A prevaricação é crime praticado por particular contra a Administração em geral.
- b) O Código Penal Brasileiro não pune o chamado peculato-uso.
- c) A denúncia caluniosa é crime de ação penal privada.
- d) O crime de corrupção ativa é um crime próprio.
- e) O crime de favorecimento real não mais tem existência autônoma, pois, com a reforma da Parte Geral do Código Penal, a conduta ali descrita passou a ser abarcada pelo conceito de partícipe.

#### DIREITO CIVIL

#### Questão 18

Diz o art. 50 do Código Civil de 2002: “*Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica*”. Trata-se de encampação, no ordenamento brasileiro, do:

- a) princípio da desconsideração da personalidade.
- b) teoria dos motivos fundantes.
- c) não confusão patrimonial.
- d) teoria da representação jurídica.
- e) ficção patrimonial.

**Questão 19**

De acordo com as regras civis brasileiras, NÃO é pessoa jurídica de direito público interno:

- a) uma entidade de caráter público criada por lei.
- b) um Território Federal.
- c) um Tribunal Regional Federal.
- d) o Distrito Federal.
- e) uma associação pública.

**Questão 20**

De acordo com a lei civil, NÃO é nulo o negócio jurídico quando:

- a) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- b) a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- c) seu objeto for indeterminável.
- d) for celebrado por pessoa interdita por motivo de prodigalidade.
- e) não revestir a forma prescrita em lei.

**Questão 21**

Via de regra, são imóveis, ou considerados como tal, pela lei civil, EXCETO:

- a) o solo.
- b) uma acessão natural ao solo.
- c) uma acessão artificial ao solo.
- d) o direito pessoal sobre um imóvel.
- e) o direito à sucessão aberta.

**Questão 22**

Comete ato ilícito, EXCETO:

- a) quem, por omissão voluntária, causa dano exclusivamente moral a outrem.
- b) o titular de um direito exercido de maneira abusiva.
- c) quem age em legítima defesa.
- d) quem exerce irregularmente um direito legítimo e reconhecido.
- e) quem destrói coisa alheia, de forma desproporcional, para remover perigo iminente.

**Questão 23**

Sobre os institutos da prescrição e da decadência, NÃO se pode afirmar que:

- a) proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.
- b) carece de fundamento, a ideia de que a decadência extingue o direito à ação.
- c) pode-se pleitear judicialmente um direito prescrito, mas a ação carecerá de fundamento e não prosperará.
- d) a prescrição extingue a exigibilidade do direito.
- e) assim como a decadência, a prescrição extingue o próprio direito, mantendo incólume a pretensão.

**Questão 24**

Diz o artigo 187 do Código Civil brasileiro: “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa fé ou pelos bons costumes”. Sobre o tema encartado nesse dispositivo legal, NÃO se pode afirmar que:

- a) as diversas hipóteses de exercício inadmissível de uma situação jurídica subjetiva, tais como “supressio”, “tu quoque”, “surrectio” e “venire contra factum proprium”, são concreções da boa fé objetiva.
- b) os bons costumes, previstos no artigo em tela, possuem natureza subjetiva, destinada ao controle da moralidade social de determinada época, e objetiva, para permitir a sindicância da violação dos negócios jurídicos em questões não abrangidas pela função social e pela boa fé objetiva.
- c) a cláusula geral desse artigo tem fundamento constitucional nos princípios da solidariedade, devido processo legal e proteção da confiança, e aplica-se a todos os ramos do direito.
- d) trata-se de norma que visa obstacular o chamado “abuso de direito”, que ocorre, quando os direitos são exercidos com a intenção de prejudicar.
- e) o disposto nesse artigo não se vincula ao teor daquele encontrado no artigo 5º da Lei de



Introdução às Normas do Direito Brasileiro: “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 25

Para a efetividade da prestação jurisdicional, o Estado atribui, a certos órgãos, parcela desta atividade. Assim, a competência é a atribuição da atividade jurisdicional aos diversos órgãos do Poder Judiciário. Sobre o tema aponte a alternativa correta:

- a) As regras expressas de distribuição de competência são encontradas apenas no texto da Constituição Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal tem admitido a existência de competências implícitas, desde que não haja regra expressa nesse sentido.
- c) A regra da perpetuação da jurisdição não comporta exceções.
- d) O defeito processual da incompetência conduz, em regra, à extinção do processo.
- e) O Ministério Público não poderá alegar a incompetência relativa em benefício de réu incapaz.

### Questão 26

Segundo definição doutrinária, os atos processuais “são manifestações de vontade dos sujeitos processuais, que visam criar, modificar e extinguir a relação jurídica processual, culminando com um provimento jurisdicional” (MOUZALAS, Rinaldo. Processo Civil. Salvador: Jus Podivm, 2011). Em atenção aos atos processuais, podemos afirmar que:

- a) Em regra, a exteriorização de atos processuais exigem forma determinada, salvo, quando a lei não a exigir.
- b) Os atos processuais, mesmo que realizados de outra forma, serão sempre considerados válidos, quando preencherem a finalidade a que se destinam.
- c) O uso do vernáculo é uma exigência à prática dos atos processuais, não sendo permitida a juntada de documentos produzidos em língua estrangeira.

- d) Em virtude da natureza da lide ou do interesse público, alguns atos podem ser realizados em segredo de justiça. Nesses casos, o direito de consulta aos autos do processo é restrito às partes, aos seus procuradores e aos terceiros que demonstrarem interesse jurídico.
- e) O reconhecimento jurídico do pedido é exemplo de um ato dispositivo.

### Questão 27

A existência dos atos processuais é corolário da natureza do próprio processo, sendo imperiosa a observância da disciplina respectiva para o bom andamento processual. Considerando o tratamento dispensado ao tema, indique a alternativa correta:

- a) Mesmo os atos meramente ordinatórios dependem de despacho.
- b) Os atos processuais devem ser realizados em dias úteis, das 6 horas às 20 horas. Assim, é patente a ilegalidade da penhora realizada em um domingo.
- c) Em atenção à informatização do processo judicial, todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
- d) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, só se interrompendo nos feriados.
- e) O juiz, nas comarcas onde for difícil o transporte, poderá prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 30 (trinta) dias.

### Questão 28

O direito de ação constitui-se em um direito fundamental com sede constitucional. Embora não esteja previsto expressamente na Constituição da República, o inciso XXV do artigo 5º é apontado como manifestação desse direito. Acerca da ação no processo civil, apresenta-se, com acerto, a seguinte alternativa:

- a) O direito de ação, assegurado constitucionalmente, é um direito condicionado.
- b) A ausência de uma das condições da ação pode ser reconhecida, de ofício, pelo magistrado a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, inclusive em relação aos recursos de caráter

extraordinário, independentemente de prequestionamento.

- c) A coisa julgada formada, em processo conduzido por legitimado extraordinário, não estende os seus efeitos ao substituído, salvo disposição legal em sentido contrário.
- d) Quando o sistema de legitimação ordinária falha, o parquet, na defesa do patrimônio público, e não da Fazenda Pública, possui legitimação extraordinária.
- e) A constatação da ausência de alguma das condições da ação, ao final da instrução processual, autoriza o julgador a proferir uma sentença de extinção do processo, o que impediria a repropitura da demanda.

### Questão 29

As regras relativas à competência podem gerar, por vezes, dúvidas quanto à sua aplicação. No que diz respeito ao conflito de competência, é correto afirmar:

- a) A incompetência absoluta poderá ser alegada a qualquer tempo, por qualquer das partes, podendo ser reconhecida de ofício pelo juiz. Contudo, transitada em julgado a decisão, proferida por juiz absolutamente incompetente, não mais será possível a sua desconstituição.
- b) A incompetência absoluta pode ser alegada pelo réu em exceção instrumental.
- c) Segundo tem entendido o Superior Tribunal de Justiça, a alegação de incompetência relativa como preliminar de contestação deve ser desconsiderada.
- d) Reconhecida a incompetência relativa, os autos serão remetidos ao juízo competente, anulando-se os atos decisórios já praticados.
- e) De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, o conflito de competência pode ser suscitado pelo Ministério Público, pelo juiz ou por qualquer das partes, inclusive a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.

### Questão 30

A jurisdição é a função estatal que se destina à solução de conflitos intersubjetivos. Segundo leciona Scarpinella Bueno, a jurisdição tem dupla finalidade: atua nos direitos controversos e realiza os fins sociais, políticos e jurídicos do Estado (BUENO,

Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: Teoria Geral do direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2007). Sobre o tema, aponte a alternativa que se apresenta como correta:

- a) A doutrina pacificou a ideia de que a arbitragem é uma técnica heterocompositiva, a qual funciona como equivalente jurisdicional.
- b) Em relação aos princípios inerentes à jurisdição, o princípio da territorialidade acaba por vincular a autoridade dos magistrados aos limites do território de sua jurisdição. É um princípio absoluto, que não admite mitigação.
- c) No que diz respeito à jurisdição, o princípio da territorialidade vincula os efeitos da decisão do magistrado aos limites do território da comarca ou seção judiciária, onde exerce sua atividade.
- d) As funções jurisdicionais não são passíveis de delegação. Contudo, existem hipóteses de delegação do poder instrutório, do poder diretivo do processo e do poder de execução das decisões.
- e) Não existe matéria que não seja passível de apreciação judicial.

### Questão 31

Em conformidade com a disciplina do Código de Processo Civil relativa aos recursos, a espécie recursal cabível contra a sentença proferida nas causas, envolvendo Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil é o:

- a) Recurso especial.
- b) Recurso de apelação.
- c) Recurso ordinário constitucional.
- d) Reexame necessário.
- e) Agravo regimental.

### Questão 32

Sobre as normas que regem a disciplina processual, qual das alternativas abaixo está correta:

- a) A competência territorial é exemplo de competência absoluta.
- b) A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, a exemplo da citação nos processos de execução. Porém, ressalvando esta regra, a legislação processual não autoriza tal

forma de citação nas ações de estado ou quando for ré pessoa incapaz.

- c) Bentão Clark, após descobrir a infidelidade de sua esposa, propõe ação de anulação de casamento. Nesse caso, haverá ausência de interesse de agir.
- d) Na contestação, o réu precisa demonstrar interesse processual.
- e) Ao verificar as condições da ação, o juiz poderá concluir pela existência ou não do interesse de agir, quando da análise em tese, sem a necessidade de recorrer à análise do caso in concreto.

### Questão 33

Sobre a atividade jurisdicional, podemos afirmar que:

- a) O princípio do juiz natural foi contemplado como expressa previsão na Constituição Federal de 1988.
- b) O órgão jurisdicional, quando do proferimento de suas decisões, deve observar a legalidade estrita, não podendo decidir com critérios de conveniência e oportunidade.
- c) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, os interessados têm o prazo de dez dias para manifestação.
- d) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, os interessados serão citados pessoalmente, tendo o Ministério Público, em certos casos, legitimidade para dar início à instauração do processo.
- e) A principal característica dos procedimentos de jurisdição voluntária reside no fato de que pode o magistrado iniciá-lo de ofício.

### Questão 34

O processo é formado por uma sequência de atos que ficam ao encargo das partes e dos órgãos judiciários e são destinados à consecução de um ato final. Sobre o tema, marque a alternativa correta:

- a) Considerando os requisitos processuais de existência e validade do processo, é possível apreciar a validade da relação jurídica processual.
- b) Em processo, o reconhecimento da invalidade de um ato jurídico processual inviabiliza todo o procedimento.

- c) A investidura, na função judicial, é requisito de validade do processo.
- d) A capacidade processual pressupõe a capacidade de ser parte, sendo a recíproca verdadeira.
- e) A capacidade processual é requisito de validade dos atos processuais.

### Questão 35

A respeito do processo, é correto afirmar:

- a) A capacidade postulatória não pode ser quantificada. Deste modo, não existe a possibilidade de se reconhecer uma relativa incapacidade postulatória.
- b) A imparcialidade é requisito processual de existência.
- c) Considerando a capacidade processual dos cônjuges nas ações reais mobiliárias e a nova disciplina do Código Civil, é possível afirmar que não mais subsiste a exigência da participação do consorte, quando o casamento se der em regime de separação absoluta de bens.
- d) No caso de haver, no processo, réu revel, deve o juiz nomear curador especial.
- e) A curatela especial é sempre temporária, porém, em certos casos, é possível ser mantida até após o trânsito em julgado.

### Questão 36

Dentro da sistemática processual, possui relevante valor o estudo dos recursos, enquanto meios idôneos a permitirem impugnações às decisões judiciais.

- a) Conforme as normas processuais, a interposição do recurso especial impede a execução da sentença.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público. Este último tem legitimidade para recorrer nos processos em que for parte, mas não a terá naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- c) Contra o despacho que ordena a citação, é cabível o manejo de agravo de instrumento.

- d) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso especial, no recurso extraordinário, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
- e) Em relação ao Ministério Público, o prazo para apresentar contrarrazões é contado em dobro.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 37

Crédito tributário é o vínculo jurídico, de natureza obrigacional, através do qual o sujeito ativo, representado pelo Estado, pode exigir do sujeito passivo, contribuinte ou responsável, o pagamento do tributo devido ou da penalidade pecuniária cominada. Para o crédito, em decorrência do lançamento tributário, três situações podem ser identificadas: extinção, exclusão e suspensão. A respeito do instituto da suspensão do crédito tributário não podemos afirmar:

- a) Embora o tema seja suspensão do crédito, o correto é dizer que, ocorrendo as hipóteses previstas no Código Tributário, haverá, não a suspensão do crédito e sim da sua exigibilidade. É definida como a paralisação da exigibilidade do crédito, por determinado período de tempo, durante o qual o fisco não poderá realizar a sua cobrança.
- b) A moratória é o adiamento temporal, concedido pelo credor, para satisfação da obrigação tributária. Tal prorrogação ou adiamento do prazo poderá realizar-se de forma individual ou geral. Em caráter geral, será concedida pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira; sendo individual, será determinada por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- c) A modalidade de suspensão denominada “depósito do montante integral” ocorre quando o sujeito passivo intencione discutir o crédito tributário. O contribuinte, desejoso de discutir um lançamento com o qual não concorda, realiza o depósito do total do crédito, objeto da discussão. Vencendo, as quantias ser-lhe-ão devolvidas; perdendo, o valor depositado será convertido em renda e o crédito tributário extinto.
- d) Tendo a autoridade administrativa procedido ao lançamento na forma do artigo 142 do CTN,

haverá a presunção de legitimidade e exigibilidade. Contudo, o sujeito passivo da relação jurídica tributária poderá com ele não se conformar e apresentar impugnação. Tal procedimento suspende a exigibilidade do crédito. Contudo, a simples impugnação pelo contribuinte, ainda que realizada no prazo certo, não se caracteriza como medida suficiente para a suspensão da exigibilidade, visto que dependente do depósito do montante integral.

- e) É o Mandado de Segurança um remédio constitucional posto à disposição das pessoas para resguardar direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data. Na seara tributária, sua interposição é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito, contudo, não basta a impetração do mandado, é indispensável que o juiz conceda a liminar para a suspensão, enquanto pendente o julgamento.

### Questão 38

O princípio da legalidade é um dos princípios mais importantes do ordenamento jurídico brasileiro, e vem consagrado no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, dispondo *que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*. No direito tributário, o princípio da legalidade tributária nada mais é que uma reverberação do princípio constitucional, limitando a atuação do poder tributante em nome da justiça e da segurança jurídica dos contribuintes. Sobre o princípio da legalidade tributária e sua utilização no ordenamento jurídico brasileiro, podemos afirmar:

- a) Uma exceção ao princípio da legalidade tributária pode ser identificada na possibilidade de, por decreto do executivo, cominar penalidades para as ações ou omissões contrárias aos dispositivos legais, ou para outras infrações na lei definidas.
- b) A lei tributária possui características específicas, ou seja, deverá prever a hipótese de incidência do tributo, seus sujeitos ativos e passivos, sua base de cálculo e alíquotas, contudo, autorizado está o poder executivo a criar ou inovar em matéria tributária, por delegação legislativa, sem que isso possa configurar-se flagrante de inconstitucionalidade.
- c) O conteúdo e o alcance dos decretos poderão ultrapassar o conteúdo das leis, desde que sejam

criados e expedidos com observância às regras de interpretação estabelecidas no Código Tributário Nacional. A doutrina os denomina de “decreto autônomo” e o direito tributário a eles se subsume.

- d) Deverão estar contidos, na lei tributária, todos os elementos necessários à identificação do fato impositivo, contudo, permite-se a avaliação pessoal do agente administrativo, bem como está autorizada uma análise discricionária do fato, quando, por analogia, estejamos diante de casos de condenação do contribuinte por indícios, presunções ou ficções que firam a operacionalização da tributação, impedindo a atuação do fisco.
- e) As exigências ditadas pelo princípio da legalidade tributária são evidenciadas, quando a lei delimita, de forma concreta e exaustiva, o fato tributável, contudo, tratando-se das obrigações tributárias acessórias, definidas como obrigações de fazer ou não fazer algo no interesse do fisco, por serem “meros deveres instrumentais”, poderão estar dispostas em toda legislação tributária e não apenas nas leis.

#### Questão 39

O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento. Somente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem ser o sujeito ativo da obrigação tributária. Sobre a competência ativa tributária e suas limitações não podemos afirmar:

- a) A distribuição de competências expressa na Constituição da República não menciona, mesmo implicitamente, um lapso temporal para que o ente político a exerça. Com isso, o entendimento doutrinário é no sentido de que o eventual não exercício da competência tributária de uma pessoa jurídica possa ser deferido à pessoa diversa daquela a quem a Constituição outorgou referida competência, em fidelidade ao princípio do interesse público, basilar no direito tributário.
- b) Para o CTN – Código Tributário Nacional, não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos. A

competência legislativa dos tributos, cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, não deixará de pertencer àquela a que tenha sido atribuída.

- c) Como reflexo do pacto federativo, é a Constituição Federal que, em matéria tributária, atribui competência e delinea os contornos gerais do Estado nas suas três esferas de poder. Ao distribuir as competências tributárias entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, forma, juntamente com os princípios e as normas de direito tributário, o Sistema Tributário Nacional.
- d) No âmbito da repartição de competências, denomina-se competência cumulativa ou comum aquela atribuída a uma ou mais entidades políticas para a criação de seus tributos, dentro de sua competência constitucional. Como exemplo, tem-se a criação de taxas e de contribuições de melhoria.
- e) Por vezes, no exercício da competência tributária, vemo-nos diante de situações identificadas como *bis in idem* e bitributação. A primeira ocorre quando, pela incidência de duas normas legais distintas, uma única pessoa política institui tributos diversos sobre o mesmo fato gerador e o mesmo sujeito passivo. A bitributação acontece quando, pessoas políticas distintas, tributam o mesmo fato impositivo, ou seja, duas normas legislativas diversas incidem sobre o mesmo fato jurídico e oneram o mesmo contribuinte.

#### Questão 40

O lançamento tributário é visto como um procedimento administrativo pelo CTN – Código Tributário Nacional. Sobre o tema, afirmamos que:

- a) As modalidades de lançamento distinguem-se de acordo com o índice de colaboração do sujeito passivo. O lançamento é denominado “de ofício” quando efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa, informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- b) Define-se lançamento como um ato jurídico administrativo, da categoria dos simples, constitutivos e vinculados. Através dele, insere-

- se, na ordem jurídica brasileira uma norma individual e concreta a qual tem, como antecedente, o fato jurídico tributário previsto na norma e concretamente realizado e, como consequente, a formalização do vínculo obrigacional. Através dele, é possível o estabelecimento dos termos espaço-temporais em que o crédito há de ser exigido, além de, em sendo o caso, a penalidade aplicada.
- c) O lançamento por declaração ocorre “quanto aos tributos cuja legislação atribua, ao sujeito passivo, o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa”. Caberá à autoridade administrativa, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, tomar as providências cabíveis para a cobrança do tributo, formalizando-a.
- d) Com a finalidade de garantir a segurança jurídica do contribuinte, quis o legislador que o lançamento tributário fosse regido pelo princípio da inalterabilidade, ou seja, uma vez realizado, não mais poderá sofrer alterações por parte da autoridade administrativa. Entretanto, esse caráter de definitividade, apenas excepcionalmente, poderá ser alterado por decisão judicial transitada em julgado, toda vez em que se fizer necessário diferenciar o instituto do erro de direito, do instituto do erro de fato. Ao judiciário, caberá anular lançamentos errôneos.
- e) A prescrição tributária está intimamente relacionada com o lançamento e representa a perda do direito da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, constituir, através do lançamento, o crédito tributário, em razão de decurso de prazo. No lançamento por homologação, por exemplo, se a lei não fixar prazo, a homologação se dará em cinco anos, a contar da data da promulgação da lei que criou o tributo. Expirado este prazo sem que a fazenda tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e, definitivamente, extinto o crédito.